



Nações Unidas
CABO VERDE
Juntos na acção



UNITED NATIONS
HUMAN RIGHTS
OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER



Empowered lives.
Resilient nations.



UNIVERSAL DECLARATION OF
HUMAN RIGHTS
#STANDUP4HUMANRIGHTS



**Workshop Regional sobre
Revisão Periódica Universal**
e

ODS 16 + Consulta Técnica sobre Inclusão e Direitos Humanos
Praia, Cabo Verde
28-30 de novembro de 2018

NOTA CONCEITUAL

Objetivo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compartilhar experiências sobre o envolvimento dos Estados nos mecanismos de direitos humanos e, particularmente, no terceiro ciclo da Revisão Periódica Universal. Tem igualmente o objetivo de identificar boas práticas, tendências comuns, desafios e oportunidades nos níveis nacional, regional e internacional para alinhar direitos humanos com os ODS; 2. Chamar atenção para a importância central de adotar uma abordagem aos ODS baseada em direitos humanos. Incluem-se entre as características dessa abordagem “não deixar ninguém para trás”, vincular o monitoramento, elaboração de relatórios e implementação dos ODS com as recomendações emergentes do processo de RPU e dos mecanismos de Direitos Humanos e destacar o ODS 16 e objetivos e metas relacionados (ODS 16+) como fator acelerador de toda a Agenda 2030.
-----------------	--

Participantes	Representantes dos governos dos Países Lusófonos; Comitês Parlamentares de Direitos Humanos; INDHs; OSCs; mecanismos regionais de DH; Secretariado da CPLP; Setor Privado; Coordenadora Residente do Sistema ONU em Cabo Verde e Equipa Regional da ONU em Cabo Verde, ACNUDH, PNDU
Local	Praia, Cabo Verde
Data	28 a 30 de novembro de 2018

1. Contexto

A Revisão Periódica Universal (RPU) é um processo único de revisão em matéria de Direitos Humanos de todos os Estados-membros da ONU. A RPU foi criada por meio da Resolução 60/251 da Assembleia Geral da ONU, em 15 de março de 2006, mesma oportunidade em que o Conselho de Direitos Humanos foi também estabelecido. Este processo é dirigido pelos Estados e conduzido sob os auspícios do Conselho de Direitos Humanos, oferecendo uma oportunidade para que cada Estado apresente relatórios e declare as ações tomadas para melhorar o panorama dos Direitos Humanos em seu respectivo país.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada em 2015, estabeleceu uma visão arrojada para as pessoas, o planeta, a prosperidade e a paz e foi universalmente endossada por todos os Estados-Membros. A agenda está firmemente fundamentada nos princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nas leis internacionais de Direitos Humanos. Sua implementação requer a adoção de uma abordagem de desenvolvimento baseada nos direitos humanos como garantia de que "ninguém seja deixado para trás". Os Estados comprometeram-se a elaborar relatórios pelo menos duas vezes no período de 15 anos da Agenda 2030 por meio do processo de Revisão Nacional Voluntária (RNV). Este processo acontece durante o Fórum Político de Alto Nível do ECOSOC e visa destacar os progressos dos Estados na concretização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Embora seja clara a complementariedade entre a RPU e o processo de RNV, muito mais ainda pode ser feito para reforçar a ligação entre a gama de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais que são reportados pelos Estados através dos relatórios elaborados tanto para a RPU quanto para a RNV. O evento será organizado pelo Governo de Cabo Verde, com o apoio de Secretaria Executiva da CPLP, Equipa do Escritório das Nações Unidas em Cabo Verde, ACNUDH, e PNUD em parceria com a Aliança Global Para Relatórios sobre Sociedades Pacíficas, Justas e Inclusivas entre 28 e 30 de novembro de 2018 em Praia, Cabo Verde.

O ciclo da RPU

A RPU está atualmente no começo do terceiro ciclo e 42 Estados tiveram seus relatórios de conclusões adotadas nas sessões do Conselho de Direitos Humanos (CDH) – quatorze outros Estados tiveram seus relatórios adotados na 39 sessão do CDH – incluindo Cabo Verde. O Alto Comissário para os Direitos Humanos contactou os respectivos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Membros que passaram pelo terceiro ciclo de revisão da RPU e os encorajou a adotar medidas em várias áreas, recomendando também o estabelecimento de Mecanismos Nacionais de Relatoria e Seguimento (MNRSSs), assim como um melhor alinhamento entre os Direitos Humanos e as iniciativas em relação aos ODS em nível nacional. Portanto, é oportuno recorrer às experiências e desafios enfrentados pelos países na abordagem de desafios levantadas nas revisões do 3º ciclo.

FPAN 2019 e ODS 16+

À medida que entramos no quarto ano da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o Fórum Político de Alto Nível (FPAN) conduzirá sua revisão anual dos países que se voluntariaram para elaborar relatórios nacionais sobre seu progresso em direção à implementação dos ODS. Em 2019, o tópico da Revisão Temática anual do FPAN será '*Capacitando Pessoas e Garantindo a Inclusão e a Igualdade*' e incluirá um conjunto de cinco ODS, incluindo o ODS 16 sobre sociedades pacíficas, justas e inclusivas – assim como o ODS 4 sobre Educação, ODS 8 sobre Crescimento e Emprego, ODS 10 sobre Redução das desigualdades e ODS 13 sobre as Mudanças Climáticas.

Esta será uma oportunidade única para promover a compreensão e implementação dos ODS não só como metas em si, mas também como acelerador em relação a outros objetivos e metas. O “+” do ODS 16+, por exemplo, reconhece a universalidade e a interligação com a Agenda 2030. A promoção e cumprimento de leis e políticas não-discriminatórias (16.b), a garantia de acesso à informação e proteção das liberdades fundamentais (16.10) ou redução da violência e dos conflitos (16.1) são significativos por si só, mas também têm um papel fundamental a desempenhar na viabilização dos outros 16 objetivos e metas (por exemplo, na eliminação de leis e políticas discriminatórias para combate à desigualdade – 10.3). O foco no ODS 16+ destaca como fundamental a todos os ODS a promoção de instituições inclusivas, adequadas e eficazes na prestação de serviços voltados para a população – desde o acesso à educação, saúde e redução da desigualdade ao acesso à segurança, justiça e estado de direito.

O Seminário Regional da RPU e Discussões Técnicas sobre o ODS 16+

O ACNUDH, como Secretaria do CDH e de sua RPU, tem proporcionado apoio técnico e capacitação aos Estados sobre este assunto e continua a organizar uma série de seminários sub-regionais, para facilitar o intercâmbio de boas práticas e lições aprendidas sobre as várias etapas do processo de UPR - especialmente quanto as ações de acompanhamento e implementação das recomendações. Estes seminários são uma ferramenta útil para o intercâmbio de práticas e experiências, inclusive entre pares.

Este seminário visa reunir o processo de elaboração de relatórios, implementação e monitoramento tanto dos Direitos Humanos quanto dos ODS. Para tanto, contará com os conhecimentos do Gabinete Nacional de Estatística de Cabo Verde, que lidera o Grupo da Cidade de Praia sobre Estatísticas de Governo.

Na preparação para o FPAN 2019, o PDNU em conjunto com a *Aliança Global para Relatórios de Progresso sobre a Promoção de Sociedades Pacíficas, Justas e Inclusivas* e outras iniciativas relacionadas ao ODS 16+, vão apoiar uma série de discussões técnicas a respeito do ODS 16+, online e pessoalmente, para destacar os progressos no monitoramento, na elaboração de relatórios e na implementação dos objetivos. Além disso, irão divulgar os pontos principais e algumas experiências relevantes acerca da revisão temática do ODS 16+ em 2019.

Os resultados destas discussões irão alimentar a Reunião de Grupo de Especialistas sobre o ODS 16 liderada pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (DAES-UN) em 2019 e serão apresentados em um relatório descritivo sobre o ODS 16+ que será publicado no FPAN 2019.

2. Objetivos

1. Compartilhar experiências sobre o envolvimento dos Estados no terceiro ciclo da RPU. Tem igualmente o objetivo de identificar boas práticas, tendências comuns, desafios e oportunidades nos níveis nacional, regional e internacional para alinhar os direitos humanos com os ODS

- a. Compartilhar práticas e políticas atuais em relação à RPU
 - b. Compartilhar experiências de engajamento dos Estados no ciclo da RPU bem como desafios e oportunidades a nível nacional e internacional
 - c. Apoiar os Estados que participarão do terceiro ciclo de revisão da RPU a se preparar melhor, beneficiando-se das experiências dos seus pares
 - d. Facilitar as ações de acompanhamento anteriores e posteriores à revisão, inclusive relacionando-as com a Revisão Voluntária Nacional da Agenda 2030
 - e. Alinhar melhor os direitos humanos e os esforços para o desenvolvimento criando sinergias com planos existentes de implementação dos Objetivos para Desenvolvimento Sustentável
 - f. Reforçar a cooperação entre as INDHs, Parlamento, OSCs e a contribuição dos MRDHs para o processo da RPU.
2. Chamar atenção para a importância central de adotar uma abordagem aos ODS baseada em direitos humanos, incluindo uma abordagem no sentido de “não deixar ninguém para trás”, bem como vincular o monitoramento, elaboração de relatórios e implementação dos ODS com as recomendações emergentes do processo de RPU e dos mecanismos de Direitos Humanos. Por fim, destacar o ODS 16 e objetivos e metas relacionados (ODS 16+) como fator acelerador de toda a Agenda 2030
- a. Destacar as principais conquistas quanto ao ODS 16 e seus objetivos e metas relacionados
 - b. Apresentar estudos de caso ilustrando o ODS 16 e os objetivos e metas relacionados em ação
 - c. Demonstrar a interligação entre o ODS 16 e a Agenda 2030, mais ampla, e como o progresso em um permite o progresso em outro
 - d. Identificar desafios e oportunidades na integração do ODS 16+ como parte de um desenvolvimento nacional e subnacional de implementação dos ODS
 - e. Identificar como o planejamento, monitoramento e elaboração de relatórios participativos (inclusive através da Revisão Nacional Voluntária) está sendo levado adiante e qual sua conexão com o RPU
 - f. Identificar exemplos e recomendações a serem divulgados durante o FPAN 2019

3. Formato

O seminário ocorrerá entre os dias 28 e 30 de novembro de 2018, com duração total de 2,5 dias. O evento será realizado em inglês e português.

Ele será dividido em segmentos, que envolverão apresentações substanciais, bem como grupos focais de discussão nos seguintes temas:

- a) Apresentação geral do Sistema de Direitos Humanos da ONU (Organismos de Tratados, Conselho de Direitos Humanos: RPU e titulares de mandatos dos procedimentos especiais). Destacando os aspectos legais e práticos dos mecanismos.
- b) Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os Direitos Humanos: Adotando uma abordagem de Direitos Humanos para implementar, relatar e monitorar os ODS
- c) O 3º Ciclo da RPU
- d) Consulta sobre o progresso na adoção de uma abordagem de Direitos Humanos no monitoramento, relatoria e implementação do ODS 16+

4. Resultados

- a) Melhor compreensão de práticas atuais dos Mecanismos de Direitos Humanos e da RPU, bem como fortalecimento da preparação dos Estados para o terceiro ciclo de revisão da RPU;
- b) Melhor compreensão de tendências, desafios e pontos de partida para promover uma perspectiva de direitos humanos e inclusão na implementação, monitoramento e relatoria acerca dos ODS, e do ODS 16+ em particular;
- c) Comprometimento específico para ações de implementação e acompanhamento, tanto antes quanto depois da RPU;
- d) Melhor compreensão do apoio oferecido pelo sistema da ONU, setor privado, sociedade civil e outros atores para levar adiante a implementação nacional das recomendações da RPU e para promover uma perspectiva de direitos humanos e inclusão na implementação, monitoramento e relatoria acerca do ODS 16+;
- e) Recomendações sobre a promoção de direitos humanos e inclusão e o compartilhamento de boas práticas, para informar a revisão do Fórum Político de Alto Nível de 2019 sobre os ODS 16, bem como para melhorar o monitoramento nacional, relatoria e implementação do ODS 16+.

5. Participantes

- Entre os participantes estarão representantes dos países da CPLP: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste.
- Os Estados convidados serão encorajados a propor a participação de dois membros da sua estrutura interministerial encarregados da preparação dos relatórios nacionais e do acompanhamento do processo da RPU, caso tal estrutura exista. Se não existir ainda uma estrutura desse tipo, permitimo-nos sugerir que se indique para participar do seminário representante do órgão institucional que mais provavelmente estarão encarregados do seguimento à RPU (Ministério dos Negócios Estrangeiros/Relações Exteriores, Ministério da Justiça/Procurador da República ou Embaixador da ONU).
- Os países também serão incentivados a nomear os pontos focais dos ODS/ODS 16+ responsáveis pelo monitoramento e relatoria acerca do ODS 16 (Escritórios de Estatística, Ministério do Planeamento, Ministérios da Justiça/Interior, etc.).

Adicionalmente, os seguintes participantes também serão convidados:

- Parlamento – Representantes dos Comitês Parlamentares sobre Direitos Humanos e da UIP
- INDHs - Instituições Nacionais de Direitos Humanos - independente do status de acreditação da instituição. Um representante da Aliança Global das Instituições Nacionais de Direitos Humanos (GANHRI) e da Rede Africana de INDH (NANHRI)
- Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos
- ACNUDH, UPR Info e outras ONGs nacionais e internacionais engajadas na relatoria e implementação da RPU
- Setor Privado – Representante do setor privado que tenham expressado interesse em apoiar a implementação e monitoramento dos ODS, especialmente de países da CPLP

O workshop será organizado conjuntamente pelo Governo de Cabo Verde com a Secretaria Executiva da CPLP, Equipa da ONU em Cabo Verde, ACNUDH, PNUD e Aliança Global para Relatórios de Progresso sobre a Promoção de Sociedades Pacíficas, Justas e Inclusivas.

Uma metodologia mista será usada ao longo do workshop para incluir: discussões em grupos de trabalho, painéis de discussão e sessões de apresentações. Os participantes serão identificados para atuar como moderadores ou panelistas nos vários segmentos do programa a fim de compartilhar suas experiências, boas práticas e desafios encontrados no decorrer do processo.
